

Território nacional: novos enfoques

RONALDO MOTA SARDENBERG

Não apenas os cidadãos têm hoje melhores condições de pensar seu futuro — a sociedade como um todo pode fazer o mesmo. Graças à estabilidade econômica que se está produzindo, a idéia do desenvolvimento a médio e longo prazos já pode retornar ao imaginário nacional. Novos conceitos de impacto estão sendo provados, como por exemplo a noção de eixos de desenvolvimento integrado, introduzida pelo Plano Plurianual 1996-99, que completa, amplia e rapidamente substitui as modalidades anteriores e mais restritas de organização espacial.

Afirma-se, nesta fase, a dinâmica da plena apropriação do território nacional, mas em condições atualizadas, ou seja, sob as bandeiras do desenvolvimento ecologicamente sustentável e da correção dos desequilíbrios regionais e sociais. O Programa Brasil em Ação é emblemático dos novos tempos. A aceleração do zoneamento ecológico-econômico é um requisito dos novos tempos.

Como um todo, a base territorial brasileira está em processo de franca transformação. O nosso território se caracteriza não só por sua continuidade geográfica, mas por ser juridicamente consolidado dentro dos limites de seus quase 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres. A área do Brasil corresponde a 5,7% das terras emersas, 20% das regiões tropicais, 41,5% da América Latina e 47,3% da América do Sul. Tais dados objetivos indicam a magnitude da nossa questão territorial e atizam a imaginação.

Com a nova dinâmica territorial brasileira e com a integração sul-americana, os aspectos continentais tornam-se cada vez mais evidentes, sem, porém, que se abandone a maritimidade que por séculos orientou nossa História. A novidade principal é que a questão territorial começa a ser tratada em sua integralidade.

Alguns exemplos das novas tendências são suficientes.

- Diante das carências, faz-se urgente criar oportunidades, em nível nacional, de emprego produtivo e aumento da renda e, na Amazônia e no Centro-Oeste, estabelecer a infra-estrutura que favoreça as atividades exportadoras e investimentos que agreguem valor aos produtos. As regiões menos avançadas necessitam de desenvolvimento econômico e social, mas com a preservação do meio ambiente, dada a notória interdependência dos ecossistemas que formam a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Tudo, porém, é Brasil e não há mais sentido em dirigir-se aos problemas dessas regiões sem levar em conta o quadro nacional e até continental.

Na verdade, o processo de integração física e ener-

gética do continente dá passos que criarão novas realidades estratégicas. Com a convergência ideológica, política e econômica dos países sul-americanos aparecem oportunidades verdadeiramente inéditas para a construção de relacionamentos criativos. Não é obra do acaso que projetos há muito tempo nas prateleiras tenham passado à fase de implementação.

- O Centro-Oeste, por exemplo, deixa de ser visto como área remota para, conjuntamente com a Bolívia, ser reconhecido como o fulcro da América do Sul, o nó de sua malha de transportes e dos eixos de desenvolvimento do continente.

Os eixos de desenvolvimento têm a vocação de constituir a forma moderna de encarar as potencialidades sul-americanas, pois só atingem sua máxima dimensão de aproveitamento econômico e político ao se articularem regionalmente. O processo de integração física se combina com as iniciativas comerciais, energéticas e de comunicações.

- Recebi com satisfação a notícia de que a Secretaria Especial do Ministério do Planejamento e Orçamento elabora o Programa Estratégico para Desenvolvimento do Oeste Brasileiro, no qual se incluem Acre, Rondônia e Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e seu entorno. O programa quer fortalecer a estrutura econômica da região, impulsionando seu crescente papel de núcleo do processo de integração nacional, tornando viável a interiorização do desenvolvimento e a desconcentração espacial das atividades produtivas.

Uma parte substancial dessa região já produz enormes quantidades de soja, milho, arroz, feijão, grãos em geral. Dos 200 milhões de hectares ainda disponíveis no país, metade se localiza no Centro-Oeste, o qual, nas duas últimas décadas, apresentou média de crescimento do produto de 10% ao ano e cuja participação na renda interna cresceu de 3,7% em 1957 a 6,3% em 1985. Responsável por 23% da produção de grãos e 31% do rebanho bovino, a região tem 6% da população nacional.

- Outro enfoque é o do "grande cerrado", área estimada em 2,5 milhões de quilômetros quadrados, vai muito além do Centro-Oeste e necessita de tratamento integrado e de parcerias entre os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e o setor privado. Considerações muito variadas terão que ser progressivamente harmonizadas: as interações sócio-econômicas com as demais regiões do país, as perspectivas de exportação de grão para o

mercado mundial, sua articulação com os eixos de desenvolvimento, além da dinâmica dos assentamentos humanos, dos investimentos e da proteção ao meio ambiente.

- A integração plena da Amazônia (com 5,2 milhões de quilômetros quadrados) à comunidade nacional, a ser promovida pelos projetos Sipam/Sivam, e a atualização do Programa Calha Norte, que abrange 1,2 milhão de quilômetros quadrados, às novas necessidades sócio-econômicas e ambientais brasileiras devem acelerar a transformação da região. Outros projetos mercedores de atenção são a pavimentação da BR-174 entre Manaus e Boa Vista; a recuperação da BR-364/163 para integração de Acre e Rondônia e o escoamento da safra de grãos do extremo Oeste, a implantação da hidrovía do Madeira e a melhoria dos portos de Porto Velho e Itacoatiara, que, com a utilização do gás natural de Urucu e a extensão da linha de transmissão de Tucuruí a Santarém, devem alterar profundamente a infra-estrutura regional.

- Finalmente, outro novo e enorme espaço aberto à exploração é o litoral — a zona econômica exclusiva e da plataforma continental, com área total de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, cujos grandes recursos certamente merecerão, nos próximos anos, redobrados esforços de vigilância e de proteção.

Portanto, muda a percepção do território nacional e o entendimento de seu potencial. Simboliza essa transformação a idéia (nascida no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) de lançar satélites de coleta de dados e sensoramento remoto na órbita equatorial, que cobrem tanto a terra brasileira

quanto o mar que nos defronta, resgatando, assim, uma visão mais complexa e abrangente de nosso espaço.

Todas essas iniciativas se dirigem, em última análise, à sociedade e aos indivíduos. Seus efeitos não se limitam à economia. O presidente da República tem encarecido que o cerne do novo modelo econômico deve conter medidas de desenvolvimento social, caso contrário este gerará uma proporção crescente de deserdados. Além disso, no mundo competitivo, não poderíamos abrigar a ilusão de que haverá oportunidades para o Brasil sem que ataquemos de frente as questões sociais. Não nos conformemos com uma população sem perspectivas de felicidade e com um país à margem do progresso.

RONALDO MOTA SARDENBERG é embaixador e secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

**O Centro-Oeste
passa a ser
reconhecido
como o fulcro
do continente**
